

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 1 de março de 2018**

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ----

Procedeu-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior que, colocada a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

No que diz respeito à atividade do Município nos últimos quinze dias, o senhor Presidente da Câmara informou que os serviços se encontram a elaborar um estudo para a colocação de diversos abrigos de passageiros em diversas localidades, com uma imagem renovada e que se torne apelativa para quem nos visita. Informou, também, da necessidade de se proceder à substituição do telhado da Casa dos Bernardos e que iniciou a intervenção da estabilização do talude da Rua do paço, na freguesia de Moimenta.-----

Informou ainda que no passado dia vinte de fevereiro reuniu, nos Paços do Concelho, a Comissão Municipal de Proteção Civil de Terras de Bouro e que se encontra a decorrer, desde vinte e oito de fevereiro até quatro de março a Bolsa de Turismo de Lisboa e que o Município de Terras de Bouro se encontra representado através da CIM do Cávado e com operadores turísticos do concelho, nomeadamente, o Hotel de S. Banto e a Gerês Equidesafios. -----

De seguida, o senhor presidente da Câmara informou que o Serviço de Execuções Fiscais se encontra a fazer um levantamento das custas que não foram cobradas no sentido de se proceder à respetiva regularização. -----

No que toca à questão levantada pelo Grupo de Cidadãos Eleitos, Terras de Bouro o Nosso Partido na última Assembleia Municipal sobre a contratação de prestadores de serviços e posterior pedido de informação pelo senhor vereador daquele grupo de cidadão eleitores, o senhor Presidente da Câmara, procedeu à entrega de uma informação onde constava o nome dos nove prestadores de serviços com quem foi celebrado contrato após o dia um de novembro, bem como, de todos os contratos celebrados após aquela data no âmbito dos programas do Instituto de Empregos e de Formação Profissional. Esclareceu ainda o senhor Presidente que, no âmbito projeto PNPG GO, se encontra em curso um procedimento concursal, através de Consulta Prévia, para a contratação de um Animador Sociocultural. -----

Por fim o senhor Presidente informou que a Câmara Municipal recebeu no dia de ontem a comunicação que se transcreve relativa ao Pedido de Inspeção Extraordinária ao Município efetuado na sequência da proposta do senhor vereador Dr. Paulo Sousa: -----

“Em referência ao pedido em epígrafe, informamos V. Ex.^a que a IGF só intervém nas entidades da Administração Local Autárquica na sequência do seu planeamento anual de atividades, por determinação da tutela ou do Inspetor-Geral, neste caso, com fundamento em critérios de risco, materialidade e oportunidade. -----

No caso do pedido em concreto, não se encontrando reunidos os pressupostos justificativos da intervenção da IGF, sempre poderão os órgãos do Município, se assim entenderem, promover a realização da auditoria em causa, através de recursos internos da Autarquia ou, não sendo possível, recorrendo a serviços externos, observadas que sejam as normas legais de contratação pública.” -----

De seguida o senhor presidente questionou se algum dos senhores vereadores desejava usar da palavra. -----

Usou da palavra o senhor Dr. Paulo Sousa para se referir à questão do perdão das custas dos processos de execução fiscal, afirmando que se trata de uma ilegalidade e duma injustiça uma vez que umas pessoas pagam e outras não. Prosseguiu, referindo que se trata de uma questão administrativa em que o poder político não deve intervir. Finalizou sobre este tema que se o procedimento de regularização referido pelo senhor Presidente da Câmara não for feito, terá que recorrer a outros serviços para a sua regularização.-----

Sobre o valor da recuperação de dívidas afirmou o senhor vereador que, de acordo com os cálculos que efetuou, o mesmo será de setecentos e noventa e dois euros e vinte e nove centimos e não de vinte mil euros. -----

Sobre a participação do Município na Bolsa de Turismo de Lisboa o senhor vereador referiu que Terras de Bouro está ignorado e que não compreende o critério utilizado pela CIM do Cávado para a exposição que levou para aquela feira. -----

Em relação aos fingers o senhor vereador questionou o senhor Presidente da Câmara se a opção pelo aluguer anual não se trataria apenas de uma antecipação de receita. -----

Por fim, questionou o senhor presidente sobre a necessidade da emissão de certidões de toponímia e a razão da cobrança de cinco euros por cada certidão. -----

Retomou a palavra o senhor Presidente para informar que questionou os serviços sobre a legalidade da isenção de custas dos processos de execução fiscal, tendo os serviços respondido afirmativamente. -----

Sobre a questão dos *fingers*, o senhor Presidente da Câmara afirmou que esperava que o senhor vereador lhe desse os parabéns pelo trabalho realizado, uma vez, que a receita com aquele equipamento aumentou significativamente, estando já a ser estudada, em função da lista de espera para novos utilizadores, a possibilidade de se proceder ao aumento da plataforma de ancoragem. -----

Usou da palavra o senhor vereador Dr. Luís Teixeira para afirmar que a intervenção da Guarda Nacional Republicana no ordenamento e ancoragem de embarcações na Albufeira da Caniçada deu origem à lista de espera que se verifica. Daí que já o executivo anterior,

através dos serviços responsáveis pela marina fossem tomar essa medida. No entanto, após consulta junto do Dr. Paulo Monteiro, o mesmo referiu não ser possível para o ano 2017 uma vez que os arrendatários das plataformas semestrais deveriam ser notificados com um mês de antecedência. -----

Usou da palavra da palavra a senhora vereadora Dra. Ana Araújo para esclarecer que até presente data ninguém suscitou a ilegalidade do processo. -----

Tomou novamente a palavra o senhor Presidente da Câmara para informar que já instruiu os serviços para elaborar uma proposta de stand publicitário, a adquirir pelo Município, que seja digno e que dignifique Terras de Bouro e o Gerês. Terá de ser um stand de qualidade para participar não só na BTL como noutros eventos, disse. -----

Tomou a palavra o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira para esclarecer que as certidões de toponímia são requeridas pelos diversos municípios para atualização das respetivas moradas em diversos organismos. Sendo uma competência da Câmara Municipal são emitidas e é cobrado o valor que está estipulado na tabela de taxas e outras receitas municipais. -----

Retomou a palavra o senhor vereador Dr. Luís Teixeira para referir que no ano de dois mil e dezassete as receitas com o setor da água, no mês de outubro aumentaram cerca de quinze mil euros e cerca de vinte mil euros, no ano de dois mil e dezassete. De seguida questionou o senhor Presidente da Câmara sobre se já tinha sido interposta alguma ação contra a Águas do Norte. -----

Voltou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para referir que, de acordo com a explicação dada pelo Gabinete Jurídico da autarquia, na sequência do acordo celebrado com a Águas do Norte não é aconselhável instaurar qualquer processo contra aquela entidade. Mais referiu que o assunto se encontra em estudo pelo Gabinete Jurídico, mas em seu entender será sempre preferível a celebração de um acordo com as Águas do Norte, mais não seja, pela má publicidade que os processos judiciais sempre acarretam. Prosseguiu, informando que durante o presente mês de março o senhor Eng. Pimenta Machado, presidente da ARH Norte para resolução dos problemas relacionados com o saneamento e com a relação com a Águas do Norte e posterior comunicação à tutela. ----

Usou da palavra o senhor Dr. Luís Teixeira para questionar sobre o estado da candidatura em *overbooking*, no setor das águas, na ordem dos cento e dois mil euros. -----

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara para afirmar que, segundo informação do anterior Presidente da Câmara, só em dois mil e vinte e um é que será possível mover alguma ação contra a Águas do Norte. -----

Retomou a palavra o senhor Dr. Luís Teixeira para afirmar que o senhor Dr. Paulo Monteiro lhe transmitiu a informação de que apenas quando o município tenha as contas regularizadas com a Águas do Norte será possível intentar ação contra aquela empresa. -

Sendo doze horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----